



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1
[Handwritten signatures]

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 28 DE JUNHO DE 2014**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO/ TOMADA DE POSSE DE TRÊS ELEMENTOS

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/04/2014;
- 2.2- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.3-REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO;
- 2.4-PROJETO DE REGULAMENTO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5-PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.6-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES (ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ART. 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO). APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.
- 2.7-RELATÓRIO E CONTAS INTERCALARES À DATA DE MARÇO DE 2013, DA COMBANIMA ESPAÇOS MUNICIPAIS, DATA EM QUE ENTROU EM LIQUIDAÇÃO= CONHECIMENTO;
- 2.8-RELATÓRIO E CONTAS DE 2013 DA COMBANIMA ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM, EM LIQUIDAÇÃO REFERENTES AOS ANO DE 2013= CONHECIMENTO;
- 2.9-APRECIAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2013;
- 2.10- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E A ÀS GOP'S = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.11- ACORDOS DE EXECUÇÃO COM JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO, JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE AZERE E JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TREIXEDO E NAGOSELA, NOS TERMOS DO ART. 133º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO= PROPOSTA PARA APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.12- PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE 75% DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA PROFACADEMUS, ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPESSOAL. PROPOSTA PARA APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

2.13- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES- MOÇÃO " A ÁGUA É DE TODOS"= CONHECIMENTO.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO .

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por Maria José Nogueira de Sousa Tavares, em substituição do 1º secretário, e Joaquim Pereira Rodrigues, como 2º secretário.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Andrea de Oliveira M. F. Mendes Saldanha, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa e Domingos Manuel Costa Marques

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados César Fernando Lima Branquinho, Carla Maria Pereira de Sousa e Luís Marques, cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO/ TOMADA DE POSSE DE TRÊS ELEMENTOS

Os trabalhos foram abertos para proceder à tomada de posse de três elementos do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão que se encontravam em falta. Estes elementos tomaram posse perante a Assembleia Municipal na qualidade de representantes do Centro Social e Paroquial de S. Joaninho, do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu e Serviço Local de Santa Comba Dão e o cidadão José Francisco Caramelo da Graça, indigitado pelo grupo



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parlamentar do PS. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas aos novos elementos do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer a carta apresentada pela viúva do Senhor David Pereira de Oliveira, Maria Lídia Matos Alves, agradecendo em seu nome e dos seus filhos o voto de pesar prestado pela Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Senhora deputada Carla Maria Pereira de Sousa, do grupo parlamentar do PSD, apresentou a sua demissão, por motivos de saúde, sendo substituída na próxima sessão da Assembleia Municipal pelo deputado Pedro Miguel Soares Veloso, seguinte na lista de candidatos do PPD/PSD.

Em seguida, foram abertas as inscrições para as intervenções dos Senhores Deputados neste período. Inscreveram-se os senhores deputados Rui Jorge Pereira, António José Correia, Luís Artur Loureiro Pereira, Tiago Costa e Marco Varela.

O Sr. Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira que relembrou a inauguração oficial da Casa da Cultura, há dez anos, em que foram convidados três eméritos artistas, Amélia Paulo, Eng. Galvão Lucas e Cláudia Costa, que disponibilizaram as suas obras para darem brilhantismo à exposição que foi inaugurada pelo Presidente da República Jorge Sampaio. O Executivo atual quis comemorar os dez anos da existência da Casa da Cultura organizando para o efeito um evento que pretendeu enaltecer o papel que esta estrutura representa no tecido cultural do concelho, como também fazer uma retrospectiva do dia da sua inauguração. Era de esperar que, pelo menos, tivesse sido endossado um convite pelo Presidente da Câmara aos três artistas que disponibilizaram as suas obras na altura e que, complementarmente, fossem expostos alguns dos seus trabalhos e nos discursos de circunstância proferidos fossem referidos os seus nomes. Contudo, isso não aconteceu. Da última vez que estive com o Sr. Eng. Galvão Lucas, estava magoado e desiludido, devido ao seu delicado estado de saúde e pediu-lhe para saber o que o que se terá passado sobre este comportamento menos correto. Numa reunião tida com o Sr. Presidente da Câmara, para tratar de vários assuntos, deu a conhecer a mágoa profunda sentida pela emérita personalidade do concelho, tendo sugerido várias opções para minimizar a falta cometida pela autarquia. Ficou descansado e ciente de que tudo tivesse sido resolvido rapidamente, mas volvido um mês, o Sr. Eng. Galvão Lucas ainda não tinha recebido qualquer tipo de comunicação por parte da Câmara Municipal. Se tudo se mantiver na mesma o Sr. Deputado disse que não pode aceitar a indiferença, quase de sobrançeria, manifestada pela autarquia, que pelos vistos se serve das pessoas quando precisa delas e depois se descarta delas em atitudes



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negligentes, algo que repudia frontalmente. Não é por motivos políticos que mudará a sua opinião e atitude. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que pretendia fazer para resolver o problema do esquecimento dos três artistas. Relativamente à Dr.^a Susana Boto Martins disse que, era sua opinião pessoal, deveria ter sido convidada para moderadora do Colóquio das comemorações dos 500 anos dos forais manuelinos, pois foi autora da publicação intitulada "Forais Manuelinos do concelho de Santa Comba Dão". No discurso do Sr. Presidente da Câmara não há nenhuma referência particular a este trabalho que, embora indiretamente estivesse subjacente à intervenção de outros oradores, nunca foi mencionado de forma explícita. Viu, ouviu e não gostou. Quanto à exposição de " Santa Comba Dão - Marcos da sua História", que se encontra patente ao público na Casa da Cultura de Santa Comba Dão, constatou-se que ficou aquém no número de visitantes, achando que isso tenha ocorrido devido à falta de uma divulgação mais agressiva e de motivação. Assim, é bom que se reflita sobre isto de modo a dar-se a volta, e talvez encontrar outro tipo de estratégias. Outro alerta, já aqui feito, é a falta de calendarização, para que não haja sobreposição de eventos no mesmo dia e à mesma hora, que foi o que aconteceu no passado fim de semana, com a inauguração do monumento aos Ex-Combatentes em Treixedo e as comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino, a 16 de junho, no Couto do Mosteiro.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder a estas questões. Relativamente às comemorações dos dez anos da Casa da Cultura disse que aceitava o que o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira tinha dito referindo que, quando se começou a organizar a preparação do evento, depararam-se com a inexistência do reporte do que foi toda a atividade da Casa da Cultura nos últimos dez anos, em termos de vídeo e de escrita, por falta de registos. Quando o Sr. Deputado o confrontou, posteriormente, com essa situação comprometeu-se a encontrar uma solução para tentar resolver essa falha, estando a ser equacionado um momento em que possam fazer justiça e dar novamente a oportunidade aos três artistas, para se redimir do facto de não terem sido convidados aquando das comemorações dos dez anos da Casa da Cultura. Dai o facto de ainda não ter dado conhecimento de como é que se iria proceder a esse ajuste com a história. Relativamente à Dr.^a Susana Boto Martins, efetivamente tem um enorme valor pelo trabalho que tem desempenhado ao nível do arquivo e ao nível dos forais. Também colaborou, ativamente, na preparação do colóquio e, pela sua descrição, esteve sempre presente. Não se lembra exatamente dos termos do discurso, mas se não fez referência, não foi por não reconhecer na Dr.^a Susana Boto Martins a qualidade de trabalho e mérito nesta gestão, aliás é a responsável pela recuperação dos forais. No que concerne à escolha dos moderadores só podiam ser dois e foram escolhidas as pessoas que se entendeu terem relevância para desempenhar essa função. Foi uma questão de critérios e não uma questão de desvalorizar a importância da Dr.^a Susana Martins. Relativamente à



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobreposição das atividades é uma preocupação que a Câmara tem, mas, muitas vezes as iniciativas são marcadas sem que haja conhecimento. A comemoração do foral foi uma organização da União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro e foi devidamente publicitada, a cerimónia da inauguração do monumento aos Ex-Combatentes em Treixedo, resultou da decisão de uma comissão, que levou por diante esse evento e que não comunicou. Quando houve conhecimento, as coisas já estavam a funcionar e foi impossível alterar. A Câmara pretende que haja uma articulação entre as várias entidades e irá estar cada vez mais atenta para evitar que haja sobreposições, mas nem sempre é possível.

Tomou a palavra o Sr. Deputado António José Correia dizendo que pegava nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, no que proferiu relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge, quando disse que não existiam os registos na área da cultura. Referiu que desconhecia essa situação, que os registos deviam estar na posse da Câmara e que isso não devia ter acontecido. O Sr. Presidente da Câmara estava com isso a tentar justificar aquilo que foi uma falha grave da sua parte. Em seguida colocou algumas questões: A primeira questão refere-se à Proteção Civil, dizendo que tem sido veiculado na comunicação social regional, ultimamente, a possibilidade ou intenção da concentração de todos os meios da proteção civil, dentro de um prazo de ano e meio a dois anos em Viseu. Isto tem sido reiterado pelo presidente da Câmara Municipal de Viseu e tem havido outras intervenções nesse sentido. Assim, gostaria de deixar aqui ao Sr. Presidente esta preocupação que, naturalmente também é a do Sr. Presidente da Câmara, e envidarmos, mais uma vez juntos, esforços para que esta situação não aconteça, porque a base da Proteção Civil em Santa Comba Dão é demasiado importante, não só naquilo que é a sua função específica, mas sobretudo pelo impacto económico e financeiro que tem no nosso território. Portanto disponibiliza mais uma vez o PSD, como recorrentemente fazem mas nem sempre são solicitados, para fazer o que estiver ao alcance para que essa situação não aconteça. Na segunda questão queria que desse alguma informação mais específica, que tivesse, sobre a questão do Fundo de Apoio Municipal e as suas implicações no futuro no concelho dado que a ele iremos recorrer e se houve alguma evolução nesse sentido. Aliás o Senhor Presidente da Câmara no âmbito do Fundo Apoio Municipal prestou declarações a um jornal de âmbito nacional, há relativamente pouco tempo, onde mais uma vez mencionou que a dívida é de 30 milhões, também lhe pergunta se houve alguma evolução na dívida nestes últimos dois/três meses. Depois, dar uma palavra, também a reforçar parte da intervenção do Senhor Deputado Rui Jorge, relativamente à questão da comemoração, do colóquio realizado e da exposição sobre os 500 anos dos forais manuelinos do concelho, uma boa iniciativa, bem organizada. O PSD diz sempre bem quando as coisas são bem feitas, não tem nenhum problema com isso. Também ao senhor Presidente da União das Freguesias de Santa



[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comba Dão e Couto do Mosteiro pela comemoração dos 500 anos do foral do Couto do Mosteiro, estava bem organizado, deixar uma palavra de apreço por essa iniciativa. Pessoalmente não gosta muito de falar nominalmente sobre pessoas nesta Assembleia, acha que não deve ser assim, pois estamos num órgão político, não se deve pessoalizar, mas como já foi aqui abordado pelo Senhor Deputado Rui Jorge Pereira e pelo Senhor Presidente da Câmara a questão da Dr.^a Susana Boto Martins, referindo o Senhor Presidente da Câmara, pensa que foram estas as suas palavras, que foi responsável pela recuperação dos forais. Foi mais ou menos assim, foi a técnica que acompanhou o processo de recuperação dos forais, é bom que nós digamos as coisas como elas são, é uma pessoa com conhecimento e com quem gostou de trabalhar. Segundo sabe está agora a desempenhar funções na Câmara Municipal e queria saber em que modalidade em que enquadramento a Dr.^a Susana Boto Martins está a trabalhar na Câmara na Municipal, que função está a exercer. A necessidade da sua contratação terá com certeza uma sustentação técnica, porque, segundo lhe disseram, estaria no arquivo municipal, essas funções estavam afetas a um técnico do quadro que também estaria a exercer essas funções, mas deve haver, naturalmente, uma justificação técnica sustentada para a sua contratação. Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado António José Correia. Disse que não pretendia desculpar-se com o facto de ter havido uma omissão e assume essa responsabilidade. Que existiu uma comissão que levou a cabo a organização das comemorações da inauguração, e que a responsabilidade última é sempre do Presidente da Câmara e, naturalmente, que a assume. Disse que houve uma avaria no computador do gabinete de comunicação e imagem, não quis aqui levantar fantasmas, o que aconteceu foi que o disco do computador se queimou e não houve possibilidades de recuperar praticamente quase nenhuma da informação que estava nesse computador, e daí ter ficado essa lacuna. Assume essa falha, como é sua obrigação. Relativamente à questão das declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, no sentido de deslocalizar todos os meios da Proteção Civil e concentrá-los em Viseu, estão atentos a todas as movimentações que estão a haver nesse sentido, e a tomar posições no sentido de que isso não venha a acontecer. No entanto, também queria lembrar ao Sr. Deputado, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, na altura Deputado da Assembleia da República, esteve aqui a defender a base logística de Santa Comba Dão; entretanto deve ter mudado de posição. Estas pessoas devem ser coerentes naquilo que defendem. Na altura também esteve lá, era um governo do Partido Socialista. Quando foi da questão da deslocalização do helicóptero do INEM, o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, que, na altura, julga que seria o primeiro deputado eleito por Viseu, esteve aqui a defender com convicção, pensava, a permanência em Santa Comba Dão da base logística da proteção civil geral.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Era aqui que seria o local correto em termos de logística da permanência do helicóptero do INEM. Estranha, naturalmente, a mudança de posição do senhor anterior deputado e agora Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Este é um ponto que nos une e que não nos divide e tal como no passado estivemos juntos na concentração deste meio em Santa Comba Dão, tudo faremos para que cá continue. Relativamente à questão do Fundo de Apoio Municipal, enquanto presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, integra o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios e tem havido algumas negociações relativamente a este instrumento que permite apoiar as autarquias que estão em situação difícil, como é o caso da situação de Santa Comba Dão. Relativamente à situação do PAEL, ele está para obter o visto do Tribunal de Contas desde janeiro, a situação não tem sido tão fácil como se esperaria. Este Fundo de Apoio Municipal (FAM), que vai ser dotado com 650 milhões de euros, já foi aprovado na generalidade na Assembleia da República mas, na especialidade, ainda continua em negociações entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, no sentido de o melhorar e de o tornar menos penalizador para os municípios, quer os municípios que a ele recorrerão quer os municípios que serão contribuintes desse fundo. A capitalização desse fundo, inicialmente será feita pelo governo, aquilo que o projeto lei tem é que ele será financiado, numa fase posterior, a 30% pelo estado e 70% pelas autarquias, mas a Associação Nacional de Municípios Portuguesas (ANMP) entende que pode chegar-se a um entendimento de 50% por cada uma das entidades. Quer as autarquias que serão contribuintes líquidas, quer as autarquias que recorrerão ao fundo terão de pagar. Pensa que em, valores exatos, se a Câmara de Santa Comba Dão tivesse de contribuir com 70 %, daria cerca de 600 mil euros em cinco anos, o que daria 120 mil euros por ano, se fosse 50% em sete anos, daria 400 mil euros e cerca de 60 mil euros por ano, o que seria naturalmente mais benéfico. Este instrumento também prevê o apoio às autarquias que entrem em colapso financeiro para não deixar cair nenhuma, que por um motivo ou outro deixe de ter condições de pagar, por exemplo, salários, serviços da dívida ou serviços essenciais para o funcionamento do município.

Naturalmente que a adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) não é muito diferente da do PAEL, mas é ainda um pouco mais penalizador para a autonomia dos municípios porque vai obrigar a uma contratualização muito dura com os credores e vai obrigar, também, ao cumprimento de regras muito rigorosas subjacentes a esse fundo, o qual prevê a responsabilização financeira dos responsáveis municipais pelo não cumprimento do plano, coisa que não acontecia até aqui; responsabilização financeira e, inclusivamente, a dissolução dos órgãos autárquicos pelo não cumprimento do plano. Se esta condição tivesse existido em momentos anteriores, não estaríamos na situação que nos encontramos atualmente. Referiu que as negociações incluem outros aspetos



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8
P. 1.0
cyg

que, propriamente, não têm a ver com o fundo, como é o caso da iluminação pública, com a proposta da descida do IVA de 23% para 6%, considerando que a iluminação pública se trata de um problema segurança. É um dos argumentos que a ANMP utiliza para a mudança do IVA, assim como a mudança do IVA das refeições e dos transportes escolares. Se estas alterações forem aceites, isso de certo modo, compensaria a participação das autarquias no Fundo. É sempre difícil um município que está numa situação como a nossa ter de despende estes valores, mas também este valor não é perdido, é sempre um ativo do município, representará uma participação da qual irá usufruir dos juros a que essas verbas forem emprestadas às outras autarquias. Relativamente às Comemorações do Foral do Couto do Mosteiro, que foram um pouco penalizadas pelo estado de tempo, deu os parabéns ao Presidente da União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto de Mosteiro. Sobre o enquadramento em que foi contratada a Dr.^a Susana Martins, trata-se de um Contrato de Emprego Inserção (CEI) que é diferente dos CEI normais que são contratados para as escolas, é uma modalidade que se chama CEI Património e não traz custos para a Câmara, enquanto que os CEI normais trazem. Foi contratada porque foi ela que iniciou o trabalho do arquivo municipal. A Câmara está impedida de fazer qualquer contratação de funcionários, a não ser ao abrigo de instrumentos deste género, tal como aconteceu para a constituição de algumas equipas que as juntas de freguesia estão a utilizar em trabalhos que estão a ser feitos na maioria das freguesias.

Findo o esclarecimento o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Artur Loureiro Pereira, cuja intervenção abordou a importância da floresta e do seu valor patrimonial, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre a constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, sobre a componente do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e qual o ponto de atualização do PMDFCI, que constitui o anexo nº1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Tiago Correia para, em seu nome e do grupo parlamentar do Partido Socialista, e fazendo parte desta Assembleia, que representa todo o povo santacombadense, saudar, agradecer e homenagear todos os que têm pugnado por promover e dinamizar o concelho e, por isso, deixar o regozijo não só para com a Câmara e Juntas de Freguesia do nosso concelho mas, principalmente, para todas as associações do concelho - desportivas, recreativas, culturais e de economia social - que têm desenvolvido um papel fundamental em tempo de crise, por todas as atividades e intervenções que têm realizado de uma forma reiterada para promover o que o nosso concelho tem de melhor, e realçar a simbiose que se verifica entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e associações. Deixou ainda uma palavra de encorajamento para que novas atividades continuem a criar a envolvimento da população e que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9
[Handwritten signatures]

não se verifiquem apenas em ano de eleições. Acredita que é esta a fonte de esperança para o concelho continuar a progredir em prol do desenvolvimento económico.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Artur Pereira disse que problemas relacionados com a impossibilidade de manter ao serviço os funcionários que estavam contratados quer na Profiacademus quer na Dãoigest, nomeadamente uma dessas pessoas que era a responsável pelo Gabinete Florestal, houve necessidade de transpor essas funções para outros funcionários que as passaram a acumular com outras que já desempenhavam. As anomalias estão a ser corrigidas estando os serviços a trabalhar para que esses instrumentos estejam rapidamente concluídos.

Depois o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Marco Varela, que referiu que a sua intervenção tem a ver com uma questão que já vem sendo colocada relativamente ao Acordo de Reequilíbrio Financeiro de 950 000 euros, que constitui o anexo nº2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo dito que, relativamente a esta questão, ficou com a ideia que, após a sua intervenção na última sessão da Assembleia Municipal e após o Sr. Deputado ter conversado com a Sr.^a Vereadora com o pelouro das Finanças, essa informação já tivesse sido dada, se não foi assim, pedia desculpa e toda a informação lhe seria enviada.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da Ordem do Dia

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1-APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/04/2014:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação dos Srs. deputados a ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2014. Neste ponto pediu para intervir o Sr. Deputado António Correia, para dar nota que havia detetado erros de monta e omissões que deveriam ser corrigidos. Também sugeriu que deveria haver maior rigor e cuidado na elaboração das atas, como não é um documento que tem de ser entregue à última da hora, sugeriu que poderia haver uma troca de emails para perceber se está tudo correto para quando aqui chegarmos não se ter este tipo de problemas, dizendo que já tem sido recorrente esta situação, deixando à consideração do Sr. Presidente como pretende ou não resolver esta situação. Também pediu para dar nota que o Sr. Deputado Luís Marques estava a faltar por motivos de saúde e se encontrava hospitalizado, não fez essa justificação no início, e que o mesmo estava encarregue de intervir para referir que quem acede ao site da Câmara onde são colocados os documentos para os senhores deputados tem, com muita frequência dificuldades em aceder. Depois pediu ao Sr. Presidente da Assembleia que clarificasse o pedido de demissão da Deputada Carla Sousa lendo a carta que a mesma apresentou.



10
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia interveio começando por ler a carta de justificação da Sr.^a. Deputada onde é referido a sua demissão a partir da data presente por problemas de saúde. Relativamente às atas, referiu que nunca lhe tinha chegado nenhuma indicação de que tinha havido problemas com as atas anteriores, achando que esse alerta devia ter sido dado antes. Em relação ao portal da Câmara Municipal já lhe aconteceu ter problemas algumas vezes em aceder mas isso é uma questão dos serviços técnicos e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar.

O Sr. Presidente da Câmara disse que relativamente ao portal não lhe tinha chegado essa informação, que tem havido alguns problemas a nível informático e não sabe se isso está relacionado, informando que dentro de algum tempo a Câmara vai ter fibra ótica, o que vai tornar mais fácil a ligação ao servidor, mas, no entanto, registou o conjunto de anomalias e problemas detetados de modo que possam ser ultrapassados.

Pedi de novo a palavra o Sr. deputado António José Correia para dizer que não põe em causa os prazos para a colocação dos documentos no portal da Câmara entregue aos deputados, aquilo que alerta foi meramente de sugestão no âmbito da ata, que não sendo um documento que tem de ser entregue, como muitos outros, quase no prazo final, pudesse ser enviada mais cedo.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que regista a sugestão e que também a enviará ao líder do CDS/PP. Disse que depois de tanta informação a ata teria muitas páginas e o que é importante para umas pessoas não é tão importante para outras e a perspetiva de quem as faz é uma. Se não se importassem aceitava todas as sugestões que foram dadas, para fazer a correção na ata, pelo Sr. deputado António José Correia. De seguida, submeteu a ata à votação, sendo a mesma, aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto em referência e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dar informações da atividade do Município entre o período de 22 de abril e 23 de junho, das quais destacou o seguinte: realçou a generalização do corte da iluminação pública a todo o concelho, a partir das 3 horas da manhã, que houve uma correção da hora a que se faz a ligação e que estão atentos a todas as questões que esta medida, que sabe ser difícil, possa trazer não tendo tido, até agora, informação que tenham surgido situações mais complicadas. Também fizeram contactos pessoais com as forças de segurança do concelho para estarem mais atentas e mais circulantes pelo concelho no sentido de evitar possíveis problemas. Disse, também, que esta medida não é exclusiva do nosso concelho, existindo outros concelhos que,



11
aug

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até com situação bem melhor que a nossa, também estão a tomar medidas deste género pois têm impacto na diminuição da despesa mensal. Estarão sempre atentos a esta situação e acompanhando tudo o que possa acontecer e se tiverem de proceder a alterações, assim farão. Esta medida será continuamente avaliada e quando chegar a altura do outono, em que a noite será mais longa, reapreciarão qual a metodologia a ser implementada. Também disse que não foi a tempo de incluir na informação escrita, dada aos deputados, a indicação da uma mudança das instalações da Área Social e da Educação, incluindo o Gabinete de Inserção Profissional, que foram deslocalizados para o rés do edifício da Casa dos Arcos. Apesar dos constrangimentos financeiros, da inexistência de fundos disponíveis que temos, da contrariedade pela avaria permanente de equipamento e de viaturas, o Município continua a desempenhar aquela que é a sua função mais nobre, que é dar repostas às solicitações dos munícipes. Disse, também, que as associações e as freguesias, apesar do momento difícil em que todos vivemos, têm mostrado grande vitalidade e não se verifica nenhuma diminuição da atividade municipal graças ao empenho de todos - das associações, freguesias e funcionários da autarquia. Em seguida o Sr. Presidente da Câmara passou para a informação financeira. Relativamente ao PAEL o Tribunal de Contas remeteu um conjunto de questões sobre as quais estavam a trabalhar no sentido de enviar as respetivas respostas. Relativamente ao FAM será um instrumento que vem substituir o PAEL e que os planos anteriores, Plano Saneamento Financeiro e o PAEL, eram instrumentos limitados no tempo, enquanto o Fundo de Apoio Municipal (FAM) será um plano financeiro permanente à disposição dos municípios. Em seguida apresentou uma análise do documento relativo ao Controlo Orçamental - com o controlo orçamental da despesa e o controlo orçamental da receita à data de 23 de junho, documento oportunamente facultado aos Srs. Deputados, no portal da Câmara.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos senhores deputados para procederem à discussão sobre o assunto em epígrafe.

Pediu a palavra o Sr. deputado Marco Varela para colocar uma questão que já foi colocada em Assembleias anteriores, na análise que fez ao documento sobre a atividade do município não conseguiu ver qual era questão estratégica para Santa Comba Dão, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito, na assembleia anterior que o senhor vice-presidente estava a começar a desenvolver uma equipa de trabalho, por isso gostava de saber qual o ponto da situação destes trabalhos relativamente à estratégia para Santa Comba Dão, que constitui o anexo nº3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo respondido ao Sr. Deputado que sobre esta matéria existe uma estratégia e a seu tempo será apresentada à Assembleia Municipal. Do ponto de vista formal ainda não foi criado nenhum grupo de trabalho, mas existe um grupo informal



12
aug

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que reúne e que vai tratando de tudo o que tem a ver com o desenvolvimento económico. Neste momento estão numa fase de transição entre o fecho de um quadro comunitário e o início de outro, a estratégia também se vai alicerçar muito no que serão os planos da CCDR e da CIM. Terá, também, em conta com o desbloquear da situação financeira do Município, em termos de poder oferecer algumas contrapartidas em termos de investimento, naquelas que são áreas chave, como o termalismo, tendo havido alguns contactos com investidores. No que diz respeito às áreas de localização industrial têm estado atentos àquilo que sejam possíveis pedidos de instalação. De seguida tomou a palavra a Sr.^a Deputada Edite Cruz para pedir uma explicação ao Sr. Presidente da Câmara sobre o processo judicial que se encontra referido na documentação fornecida relativa à empresa Seringa e Rei que tem um processo contra o Município, relativo ao monumento dos Bombeiros. Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara o qual referiu que relativamente a esta questão existiu uma comissão de angariação de fundos para a construção do monumento de homenagem aos Bombeiros. Na altura a Câmara Municipal, relativamente a um pedido que foi feito, disse que iria contribuir para esse monumento com o apoio à angariação levada a efeito; nunca a Câmara Municipal teve nenhum tipo de contratualização com a firma Seringa e Rei; relativamente a esta matéria, numa das últimas reuniões do executivo em que a Junta de Freguesia reclamava o pagamento de uma dívida por parte da Câmara Municipal, foi solicitado e deliberado pela Câmara Municipal que fossem apresentadas as contas do custo do respetivo monumento para se avaliar esta questão. Entretanto questionado o anterior Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, terá dito que o contributo da Câmara se resumia à colocação das bombagens, à colocação da placa e com alguma mão de obra de funcionários municipais em alguns trabalhos que tiveram de realizar. Foi com surpresa que receberam esta dívida, a qual não pode ser aceite porque não existe procedimento administrativo para tal.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia, começou por abordar a questão da iluminação pública, referindo que para quem ler a informação de uma forma menos atenta o Sr. Presidente diz " tal como já foi informado nesta Assembleia que a partir de meados de maio e de modo faseado, é generalizado a todo o concelho o corte da iluminação pública entre as 3 e as seis horas", quer dizer dezoito horas ou quer dizer seis da manhã? Para quem for menos atento as luzes voltam a acender às seis da manhã e não lhe parece que seja isso que aconteça, perguntando se estava correto. Relativamente a esta matéria colocou algumas questões: - a primeira questão é que sabemos e temos consciência que há um conjunto de medidas que têm de ser tomadas sob o ponto de vista do lado da despesa no sentido do equilíbrio financeiro das contas do município, aliás já iniciada no ano de 2013, portanto o atual executivo e bem, está a continuar. Agora no que toca especificamente à iluminação pública, como o Sr. Presidente da Câmara sabe, já vinham



13
aug

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sendo tomadas um conjunto de medidas no sentido de reduzir a despesa, desligando um conjunto de luminárias e é isso que defendem. Disse ainda que, no âmbito do executivo municipal, o PSD disponibilizou-se para formar um grupo que pudesse discutir as medidas a tomar; pensa que esse grupo nunca se concretizou, as reuniões nunca se fizeram, portanto esta medida é do Sr. Presidente da Câmara e do seu executivo, portanto não pode vincular os vereadores do PSD, porque apesar da sua disponibilidade não foram ouvidos nem achados relativamente a esta matéria. O que propõe é que se calhar valeria a pena reforçar aquilo que já estava ser feito, de modo a que não se eliminasse totalmente a iluminação pública no concelho. Relativamente à atividade do Município e, no que concerne à informação que acabou de ser dada da deslocalizado dos serviços do Gabinete de Inserção Profissional e dos Serviços de Educação e Ação Social para a Casa dos Arcos, é com agrado que veem a utilização de um espaço que foi reabilitado, e presume que os serviços ficarão muito melhor localizados naquele espaço do que estariam antes, o que enaltece. Depois falou da questão da violência doméstica e do aumento desta criminalidade; recordou ao senhor Presidente que já o ano passado fizeram um colóquio que abordou essa temática onde, pensa, o Sr. Presidente da Câmara esteve presente na altura como vereador. Disse ainda que foram encetadas um conjunto de diligências no sentido de elaborar um plano municipal contra a violência doméstica, foram realizadas reuniões onde estiveram presentes o Ministério Público, a Segurança Social, o Município e outros parceiros, acha que era importante retomar esse processo, é importante que se faça alguma coisa nessa matéria. Por fim colocou uma dúvida, relativamente à oficina mecânica: o Sr. Presidente diz na informação "pequenas reparações mecânicas em viaturas ligeiras, pesadas e máquinas" e nesta Assembleia que tinha um conjunto de problemas com viaturas mas que nem isso impedia a operacionalidade da Câmara. Qual das afirmações é correta?

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Em relação à iluminação pública, aquilo que disse é que tem trabalhado em conjunto com os senhores vereadores, do PSD, têm tido reuniões, algumas informais, sobre outras matérias, mas sobre esta questão, sobre a redução de despesa, efetivamente ainda não tiveram reuniões informais e isso pretendem faze-lo sempre. Sobre a iluminação pública assume que é da responsabilidade do executivo em funções, não é uma medida que agrada, mas todos têm consciência da situação financeira em que vivemos em termos de tesouraria e já aqui demonstraram no passado, que têm de ser feitos cortes para que a autarquia não entre em colapso. Sobre a questão da dívida é efetivamente dos valores que tem referenciado e se não existirem medidas de redução drástica da despesa, corremos mesmo o risco de colapso, há compromissos que tem de ser religiosamente cumpridos, como o pagamento dos salários, das rendas dos centros escolares e do serviço da dívida, portanto as receitas não são suficientes para fazer face a toda esta despesa. Estamos na situação



14
Handwritten signature and initials

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em que estamos e ao longo de oito anos alertaram muitas vezes. A situação onde estamos hoje, poderia ter sido evitada. O FAM trará responsabilidades sobre o seu não cumprimento e acha que isso já deveria ter acontecido no passado; que tivemos um Plano de Saneamento Financeiro para pagar as dividas de curto prazo de 6,5 milhões de euros e passado um ano as dividas de curto prazo já eram de 7 milhões, portanto o Plano não foi cumprido; se tivesse sido cumprido o endividamento de curto prazo não teria aumentado e é isso que sufoca a Tesouraria, e quando a Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso foi publicada obrigava o município à elaboração de um plano de pagamento de dividas em atrasos e acordos de regularização de divida que permitiriam que a Câmara não estivesse na situação em que está hoje. Esses acordos de regularização de divida não foram feitos, se tivessem sido feitos poderíamos estar a falar hoje da mesma divida mas uma divida com consequências diferentes para aquilo que é o dia a dia dos munícipes. Esses acordos de regularização de divida não foram feitos e hoje os credores exigem o seu pagamento e por isso muitas vezes aparecem penhoras e injunções e existe a preocupação de não deixar que estas coisas tenham consequências. É bom que se diga que esta situação foi muitas vezes, quer em reuniões de executivo, quer da Assembleia Municipal, chamada à atenção que deveria ser invertido o caminho para não chegarmos à situação em que estamos. Não é com nenhuma satisfação que medidas destas são tomadas. O Sr. Deputado pode recolher a informação, se quiser, que existem no distrito outros municípios com situação bem diferente da nossa e têm também cortes completos de iluminação pública nos seus municípios. Esta medida que foi implementada já no passado, de redução do número de luminárias, é para continuar, mas necessitará de ser revista pois há ainda a possibilidade de reduzir mais onde há excesso de luminárias. Quando o trabalho estiver concluído poderemos repensar tudo isto. A poupança é absolutamente necessária para honrar os compromissos que temos, esta não é uma medida tomada de modo irresponsável, estaremos sempre atentos a qualquer problema que possa surgir no sentido de ultrapassar dificuldades. Em relação à violência doméstica como o Sr. Deputado sabe esta problemática tem consequências diretas ao nível da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que se traduz muitas vezes em processos que chegam a esta comissão. Em relação à oficina mecânica, disse não ter percebido bem qual o âmbito da questão, mas explica que existe uma oficina que faz pequenas reparações, no entanto, as avarias são constantes e cada vez mais complicadas e onerosas porque os equipamentos estão obsoletos o que prejudica a execução dos trabalhos. Por exemplo, foi previsto uma intervenção com a colocação de massas asfálticas em algumas ruas do concelho, para reparações que já deveriam ter sido feitas há anos e os trabalhos tiveram de ser interrompidos por avaria da máquina. A roçadora está velha e já não aguenta grandes reparações, as viaturas avariaram constantemente, para além de terem sido entregues as viaturas que se encontravam em contrato de



15
[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aluguer, o que sobrecarrega as outras existentes. Não havendo fundos disponíveis não é possível adquirir material novo, no entanto vamos conseguindo dar respostas com o material e recursos que temos

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Deputado António José Correia para dizer que quando se tomam medidas, já disse qual era a nossa posição em relação à iluminação pública, têm de ver o seu impacto, que saiba e na madrugada de quinta para sexta feira, pode comprovar isso, São Jorge e Real que pertencem a Santa Comba Dão tinham iluminação pública ligada, agradece ao Sr. Presidente que retifique essa situação por uma questão de igualdade. Quando se tomam medidas, tem de se ver o seu impacto no território se não teve esse cuidado na minha opinião deveria ter tido, aliás há bem pouco tempo na freguesia de S. Joaquinho estavam as luminárias ligadas no período após as 3 da manhã entre a Junta de Freguesia e a antiga escola primária e que neste momento já estão desligadas.

Foi dada a palavra de novo ao Sr. Presidente da Câmara que referiu ter sido um serviço solicitado à EDP, admite que possam ter havido falhas e agradece que façam chegar essa informação. Estas coisas não são perfeitas e há sempre questões que fogem da normalidade e conta com os srs presidentes de juntas de freguesia e aos senhores munícipes para que façam chegar essa informação.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. deputado Rui Jorge Pereira, dizendo que não vale a pena chorar sobre leite derramado, o passado é o passado, se tudo tivesse corrido bem talvez o PSD ainda estivesse na Câmara, portanto esqueçamos o passado, neste momento interessa ultrapassar as dificuldades que temos no presente e para isso estamos aqui todos, incluindo o PSD e o CDS/PP para, todos em colaboração, darem o seu contributo para que efetivamente o concelho de Santa Comba Dão volte a ser aquilo a que estamos habituados. Sempre que o executivo da Câmara, e fala em nome do CDS/PP, precisar da sua ajuda e colaboração pode contar com ela, não estão para criar qualquer tipo de obstáculo, porque o CDS/PP enverga uma camisola mais importante do que a do CDS/PP, que é a do concelho, é essa que nos deve unir à volta de um desiderato comum que é o desenvolvimento do nosso concelho e é para isso que todos fazemos parte desta Assembleia. A bancada do CDS/PP congratula o executivo Camarário na aposta forte nas vertentes diversificadas da educação, da juventude e desporto com a inclusão de outras atividades desportivas, a cultura e artes e também parabenizar as entidades envolvidas nas comemorações da atribuição do foral do Couto do Mosteiro, as iniciativas que integraram o Dia Mundial da Criança, da primeira mostra de broinhas de Santacolumba que foi um grande sucesso, da primeira mostra das artes e ofícios; no domínio da música, houve uma catadupa de iniciativas que é de louvar. Continuam, porém, a



16
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defender a ideia que há um vazio que urge resolver que é a falta sentida de grande parte da população do concelho pela inexistência de cinema, quando nos concelhos à volta existe. Quanto ao dia mundial da criança estranha a falta de atividade desenvolvida na Biblioteca Municipal, quando se comemora este dia a biblioteca é um palco para essas atividades e estranha que tenha ficado à margem das iniciativas desse dia. No cômputo geral a atividade no concelho entre os dias 22 de abril e 23 de junho é positiva.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder que o cinema está a ser equacionado, e em relação à não participação da Biblioteca Municipal nas atividades do Dia Mundial da Criança foi para não haver dispersão das atividades que se centraram junto ao mercado municipal, mas faz todo o sentido a observação do Sr. Deputado para no futuro integrar a Biblioteca nas atividades.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3-REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA/EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA=DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO:

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o ponto em questão. Foi lido o parecer, favorável, da alteração proposta pelo Conselho Municipal de Segurança. Aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção passou-se a votação do documento em apreço e a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a alteração proposta ao Regulamento provisório pelo Conselho Municipal de Segurança.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.4-PROJETO DE REGULAMENTO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO:

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o ponto em questão, e o Sr. Presidente da Câmara fez um breve resumo ao projeto dizendo que esteve em discussão pública, que foi realizada uma reunião com os feirantes e depois feitas algumas alterações e incorporadas todas as alterações legislativas que foram surgindo. Depois da apreciação e aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção, passou-se a votação do documento em apreço o qual a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia



17
Handwritten signatures and initials

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.5-PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO:

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Depois da apreciação e aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção passou-se a votação do documento em apreço o qual a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.6-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES (ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ART. 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO). APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o ponto em apreço e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez considerações sobre a proposta, dizendo que tem a ver com as novas competências que as freguesias passam a ter e do apoio que o Município pode dar. Aberto o ponto à discussão pediu a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, que disse que a partir deste momento juntas de freguesia sabem as linhas com que se cozem, portanto há um conjunto de diretivas que podem ser importantes para poder fomentar as atividades que querem implementar. A Câmara pode e deve ajudar, mas não pode substituir-se às juntas de freguesia nos compromissos assumidos por elas, aliás está bem patente no ponto 4 da proposta - podem beneficiar dos apoios acima previstos as freguesias que tenham a sua situação tributária e contributiva regularizada relativo ao estado, segurança social e ao Município de Santa Comba Dão, só nestas condições é que poderão servir-se de todos os apoios. É um instrumento de trabalho, agora compete às freguesias o que querem fazer e o Executivo Camarário perante as suas parcas capacidades financeiras poderá disponibilizar a sua ajuda. Depois da apreciação passou-se à votação do documento em apreço estando ausente um membro da Assembleia, o Senhor João Pedro Duarte da Cruz. A Assembleia Municipal aprovou o documento, por maioria, com a seguinte votação:

- Votos contra: 1 voto do PSD, do Presidente da União das Freguesias de Óvoa e Vimieiro; - Abstenções: 1 voto do PSD, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias; - Favor (21): 13 votos do PS, 7 votos do PSD, 1 voto do CDS/PP

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Areias fez uma declaração de voto em "que se abstinha porque só teve conhecimento deste documento há relativamente poucos dias, através do portal da Câmara e não o tinha devidamente estudado".



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.7-RELATÓRIO E CONTAS INTERCALARES À DATA DE MARÇO DE 2013, DA COMBANIMA ESPAÇOS MUNICIPAIS, DATA EM QUE ENTROU EM LIQUIDAÇÃO= CONHECIMENTO:

O Sr. Presidente da Assembleia deu a conhecer o assunto em apreço e não havendo pedidos de intervenção relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.8-RELATÓRIO E CONTAS DE 2013 DA COMBANIMA ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM, EM LIQUIDAÇÃO REFERENTES AOS ANO DE 2013= CONHECIMENTO:

Dado o conhecimento do relatório de contas e aberta a discussão pediu a palavra a Sr. Deputada Edite Cruz para dizer que dada a lamentável situação que nos mostram as contas apresentadas da Combanima e como consequência o seu encerramento, o que irá condicionar de forma determinante a curto e a longo a prazo o desempenho do Município e a qualidade de vida de todos os santacombadenses. Disse ainda que, é oportuno referir que os deputados do Partido Socialistas sempre alertaram para os riscos apresentados na criação da Empresa Municipal, até porque os argumentos e objetivos apresentados para a criação da mesma, nunca demonstraram coerência e justificação que os levassem a optar pela criação desta empresa municipal, bem como à criação da PPP Dãogest em que foram desperdiçados 85 % dos custos dos Centros Escolares, por impossibilidade de candidatura aos fundos comunitários, tal como se pode constatar na ata de 22 de setembro de 2006.

Não havendo mais pedidos de intervenção relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.9-APRECIACÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2013:

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez um resumo sobre o assunto em apreço, sendo submetido a apreciação e discussão por parte da Assembleia Municipal.

Tento sido dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz, disse que no essencial estamos a apreciar um documento fundamental que surge naturalmente depois de uma sequencia de decisões e de análises de contas do Município; todos conhecem a situação do Município, isso já foi clarificado após os resultados das eleições, era importante agora apreciar qual era a trajetória que as contas efetivas do Município traduziam para ver se em 2013 já estávamos numa trajetória de contenção e de redução e de ajustamento ou se estávamos numa trajetória de aumento da despesa e de descalabro em que as contas do Município estavam. Portanto é este documento que traduz a consolidação no perímetro do Município. Acha que Sr. Presidente não foi claro porque é que estamos aqui a analisar as contas do Município, da Combanimba e da Profiacademos, porque são hoje as



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

19
[Handwritten signatures]

empresas Municipais em que o Município detém participação a 100% do seu capital; era fundamental perceber que haverá outras empresas em que o Município tem participações minoritárias, mas só aquelas onde temos a 100% é que devem ser aqui analisadas. Às vezes fica com a ideia que estamos todos desejosos de ver mais sentenças, mais responsabilidades contingentes de atos que devem ser julgados a seu tempo e que nesta altura não estão a ser apreciados, o que estão aqui a ser apreciados são dados reais, vamos ver qual foi o percurso em 2013 destes dados, os deputados do PSD analisaram e ponderaram os documento que suportaram a consolidação de contas do Município de Santa Comba Dão no ano económico de 2013 e registam que no essencial os resultados do exercício traduzem de forma realista o sentido de um ajustamento positivo, proporcionado pelo conjunto das entidades que nos termos legais consolidam no seu perímetro, nomeadamente a Profiacademus e Combanimba, os indicadores mais relevantes que evidencia e são traduzidos no relatório, traduzem uma redução do serviço de dívida de 2,04 %, uma diminuição do resultado líquido negativo de 2012 em relação a 2013 de 18%, uma diminuição dos custos de 4.53% e um aumento de receita em 2013 de 2.05 %. Naturalmente que este é o caminho certo a percorrer, consolidar e corrigir os desequilíbrios das contas do Município. Estamos a analisar as contas sem introduzir os instrumentos que o executivo criou, e outros foram criados agora, o PAEL e o Fundo de Apoio Municipal que dá continuidade à consolidação dos desequilíbrios financeiros que ainda subsistem, no fundo é para isso que o executivo está aqui.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente que disse que não tinha nada a acrescentar ao que o Sr. Deputado disse. Tendo chegado a situação a que chegou no último ano só poderíamos melhorar, mas são situações tão ténues que ainda não se refletem, a situação mais complicada e que o Sr. deputado não referiu, é que, embora tenha havido uma diminuição da dívida de médio e de longo prazo de 2012 para 2013, a dívida de curto prazo aumentou e essa é que tem reflexo na tesouraria todos os dias. Agora é de esperar que os novos instrumentos que estão ao nosso dispor no futuro, como o FAM, venham ajudar a resolver esta situação. Quando fazemos referência ao endividamento é só para lembrar que na última sessão questionavam-me diretamente se a dívida era de 18 milhões ou de 29 milhões, é bom que se saiba que o endividamento do Município não é de 18 milhões que aparecem nas contas consolidadas, existem muitas outras responsabilidades as quais em devido tempo temos de dar resposta, é bom que todos saibamos as dificuldades com que todos os dias o município se debate para fazer face ao dia a dia, e isso naturalmente traz consequências à vida municipal. Por exemplo a inexistência de fundos disponíveis é o maior problema para o dia a dia da Câmara Municipal.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia



20
Handwritten signatures and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.10-MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO:

Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em análise. Depois da apreciação e aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção passou-se à votação do documento em apreço o qual foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.11.ACORDOS DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO, JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO DE ÁZERE E JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TREIXEDO E NAGOSELA, NOS TERMOS DO ART. 133º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO= PROPOSTA PARA APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO:

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez uma breve síntese sobre o assunto em apreço.

De seguida interveio o Sr. Deputado Serafim Rodrigues que deu os parabéns ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, pela excelente realização das Comemorações dos forais e os parabéns para as gentes da terra. No entanto, o que o trazia ali era a lei n.º 75/2013, que vem conferir às juntas de freguesia novas competências e outras que lhes são delegadas. Citou o artigo n.º 133 da lei 75/2013 que, no seu entender e do elenco da Junta de Freguesia de S: João de Areias, inviabiliza o Acordo de Execução, uma vez que na primeira página da minuta do acordo, no parágrafo sétimo, nos considerandos, estão referidas as dificuldades financeiras da Câmara que impedem nesta fase de proceder a transferência de verbas da Câmara para as juntas de freguesia para poderem assegurar as competências. Assim, estava a assinar um acordo que a lei confere e cujas novas competências que deveriam ser acompanhadas com meios técnicos, humanos e financeiros. Não culpando ninguém, a seu ver é um acordo que não acrescenta nada. E o acordo é muito vago no que se refere a competências delegadas, daí não o terem assinado. De qualquer forma a Junta de Freguesia de S. João de Areias não fecha as portas a um possível entendimento, estão disponíveis para a sua negociação, como já deixou claro ao Sr. Presidente e vice- Presidente da Câmara, ficando de fazer chegar à Câmara uma proposta.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que foi pena não ter havido uma contra proposta mais cedo relativamente ao foi a proposta inicial do acordo. A deliberação sobre as formas de apoio às freguesias que aqui foi apresentado inicialmente, e foi referido que não foram ouvidos sobre o acordo, tem a ver com aquilo que a Câmara se disponibiliza a apoiar nas competências próprias das juntas de freguesia. O Município encontrou esta deliberação que lhe permite apoiar as competências das juntas de freguesia. Já quanto aos Acordos de Execução estes



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21
mes

não poderão ter contrapartidas financeiras. Relativamente aos recursos humanos e equipamentos também não podem ser porque o Município não os pode fornecer porque os recursos humanos e técnicos que tem já são poucos. Este acordo que faz é delegar algumas competências às freguesias que já o vinham realizando, comprometendo-se o Município a dar o apoio possível em termos de recursos humanos e equipamentos em alguns deles. Como temos seis juntas de freguesia os meios têm de ser divididos por todas, segundo as disponibilidades existentes. Não podemos ir muito além disso. Estamos sempre disponíveis a negociar com as juntas de freguesia, sempre dentro dos recursos humanos, financeiros e técnicos que dispomos. Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se a votação do documento em apreço, não estando presentes três membros da Assembleia, a deputada Andrea Saldanha e os deputados José Augusto Morais e João Pedro Duarte da Cruz, tendo os acordos de execução sido aprovados com: - Abstenções: 9 votos do PSD; -Favor (12 votos): 11 votos do PS, 1 voto do CDS/PP.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.12-PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE 75% DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA PROFACADEMUS, ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPESSOAL. PROPOSTA PARA APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO:

Neste ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se e deu a presidência da mesa à 1ª secretária, Maria José Tavares, pela razão de estar envolvido no anterior processo da venda da Escola Profissional a convite do anterior executivo. Neste momento o 2ª secretário, Joaquim Rodrigues, passou a 1º secretário e foi convidado para ocupar o lugar de 2º secretário o Sr. Deputado Tiago Costa.

Foi apresentado o ponto dos trabalhos e em seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer um resumo do ponto em apreciação. Começou por referir que este assunto se iniciou com o anterior executivo, e em setembro do ano passado foi chumbada nesta Assembleia Municipal a alienação do capital social da Profiacademus não em hasta pública, como agora se pretende, mas a venda direta a uma entidade privada. O Sr. Presidente da Câmara disse que a escola só teria viabilidade se oferecesse cursos que as escolas profissionais à volta não tivessem. A Escola Profissional deveria ser diferenciadora pois não existem na região escolas com cursos quer na área da música, quer das artes, e que pode ser complementada com outros cursos. Abordou, ainda, os problemas financeiros da Escola e que estão a ser inoportáveis para a autarquia.

De seguida foi aberto o ponto para discussão e começou por intervir o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, dizendo que foi um dos pioneiros da escola profissional como professor e estava bem longe de supor que passado anos ia assistir aos últimos estertores deste estabelecimento de ensino e não



22
mg

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entende como chegou a este ponto. Não é de um momento que as coisas vão descambando. Não está aqui para responsabilizar quem quer que seja, e quem tenha passado, por esses anos todos, à frente da Escola Profissional. Disse que guardava gratas recordações e muitos alunos encontraram um caminho para o seu norte profissional. Embora houvesse muitas escolas com o mesmo curso, a Escola Profissional destacava-se pela qualidade do ensino. Disse ainda que muitas vezes tinha de estar à espera seis a sete meses para receber o pagamento, na altura era também professor na escola oficial, daí não ter sentido problemas. Mencionou que os problemas nasceram com a Escola Profissional, e é com pena que vê o seu fim e talvez seja chegada a hora da escola ter outro projeto ligado à música. O problema da escola está na sustentabilidade. O CDS/PP só deseja que para o futuro tudo corra melhor para a Escola Profissional.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz cuja intervenção constitui o anexo nº4 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer algumas das dúvidas levantadas em relação a este assunto, dizendo que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, que acabou de referir que a Escola sempre viveu com dificuldades desde a sua fundação e isso traduziu-se na dificuldade em que hoje nos encontramos, por outro lado ocorreu uma redução drástica de alunos em todos os níveis de ensino e que acabou por se fazer sentir, também, na Escola Profissional. Referiu, ainda, a dificuldade que a Escola Profissional tem em competir com escolas de concelhos de dimensão maiores do que o nosso concelho, e ainda, alterações do POPH, que deixou de financiar alunos vindos dos PALOP's, o que se traduziu no aumento de despesas que deixaram de ter reembolso, traduzindo-se no aumento de endividamento da Escola. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Fernando Cruz sobre os aspetos financeiros a situação só poderia vir a agravar-se, embora tenha havido a introdução de novas turmas, dado que houve a necessidade de continuar a pagar as indemnizações dos funcionários que foram dispensados, situação que se vem a manter. Aquilo que o grupo de trabalho teve em conta na proposta que fez, a venda de 75% do capital social em hasta pública, teve em conta aquilo que seria todo o custo financeiro se a autarquia tivesse que liquidar a Escola. Foram estas as condições criadas para que possam haver entidades interessadas em concorrer a esta hasta pública.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz tendo referido que um ano foi perder muito tempo para encontrar uma decisão para resolver este problema, mas que o grande problema continua a ser a área pedagógica, com o reduzido número de alunos. Até ao momento em que se transferiu o pessoal da Combanima, a Câmara não tinha tido necessidade de injetar dinheiro. Daí que o que questiona é se o número de alunos para os cursos de música viabiliza a escola.



23
[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio de novo o Sr. Presidente da Câmara que respondeu ao Sr. Deputado dizendo que esta proposta passa toda a responsabilidade financeira para o parceiro privado, se existir, embora a Câmara fique com 25% da participação do capital social da Escola. Tudo aquilo que é a responsabilidade pedagógica, administrativa e financeira será do parceiro. No que será o futuro próximo está já garantida a continuação de uma nova turma e caberá ao parceiro privado encontrar alunos para a formação de uma ou duas turmas. Se não fizermos este esforço a única saída é a extinção que não potenciará o desenvolvimento económico para o concelho, levará a despedimentos e ao fecho de mais um estabelecimento do ensino, que ninguém pretende, sendo os custos muito superiores aquilo que a autarquia se propõe suportar para viabilizar a escola.

Depois da apreciação e discussão passou-se à votação do documento em apreço, neste momento estavam ausentes dois membros da Assembleia, os deputados Fernando Paulo Gomes e João Pedro Duarte da Cruz. A Assembleia Municipal aprovou o documento por maioria, com: - Favor (11) 11 votos do PS. - Abstenções: 9 votos do PSD, 1 voto do PS, 1 voto do CDS/PP.

Apresentou uma declaração de voto o Sr. Deputado António Correia que disse " o grupo parlamentar do PSD não obstaculiza a concretização desta hasta pública, por razões já expressas aqui, apenas se abstém pelos seguintes factos: primeiro pelo tempo decorrido entre o acordo tido no ano passado e só termos chegado agora ao processo da hasta pública, com uma penalização muito superior em relação aquilo que foi negociado no ano passado em setembro para o Município do que é agora, diz o senhor presidente e bem que esta solução apesar de tudo ainda é melhor do que o seu encerramento em termos de impacto financeiros no Município, mas no ano passado era muito melhor, portanto o diagnostico estava feito a solução estava encontrada demorou-se demasiado tempo, mas nós queremos uma Escola Profissional com futuro, com dinâmica dentro desta áreas, como sabe fomos nós que a dinamizamos, fomos nós que a muito custos conseguimos a aprovação dos cursos, cabe agora a todos nós e particularmente ao executivo encontrar uma solução que deve passar por esta hasta pública, agora nada nos move contra esta hasta pública, no entanto um ano é demasiado, e houve um arrastar da situação que penalizou a intervenção financeira que o município vai ter neste processo".

Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que foi pena que não a tivessem concretizado há um ano atrás e que o Sr. Deputado sabia bem porque é que no ano passado não foi viabilizado este acordo, e que foi pena.

Foi de novo dada a palavra ao Sr. Deputado António Correia que disse já tinha repudiado publicamente essa situação, mas isso não invalidava que com o acordo conseguido, o diagnóstico feito, todos sabiam qual era a saída e foi pena não ser feito logo a seguir.



24
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada a oportunidade para o Sr. Presidente responder, referindo que para que se tivesse concretizado era necessário que nas circunstâncias passadas, a entidade estivesse disponível para negociar nas mesmas condições, agora está a fazer até uma coisa diferente, realizando uma hasta pública. Foi, também, necessário clarificar as dúvidas levantadas na Assembleia Municipal em que o assunto foi votado.

Terminando a discussão este ponto de trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal voltou à sala das sessões e a mesa da Assembleia retomou a sua ordem inicial, tendo o Sr. deputado Tiago retomado o seu lugar na bancada.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.13-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES- MOÇÃO " A ÁGUA É DE TODOS"= CONHECIMENTO:

Foi lida a moção tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do assunto em apreço.

Finda a discussão do Período da Ordem do Dia, foi lida a minuta das deliberações desta sessão, nos termos da lei, para que produzam efeitos imediatos. Posta a minuta a votação foi aprovada, por unanimidade

III- Período para intervenção e esclarecimento do público

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Interveio o senhor António José Corveira de Sousa, residente no Coval, União das Freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, que colocou as seguintes questões:

- Qual a operadora de telecomunicações que cedeu ao municípios os iPhone e iPad que deram origem a processos judiciais?
- Atendendo à distância não conseguiu ler a frase completa que estava em rodapé relativa às contas do município, nomeadamente a referência a caixotes de lixo;
- Relativamente à Profiacademus, se existiu uma prospeção de mercado e se sabe se já há empresas interessadas na alienação dos 75% do capital social?

Foi dada a palavra ao senhor presidente da Câmara para esclarecer, referindo que em relação à primeira questão não ia responder, pois está devidamente encaminhado para as autoridades competentes, na questão dos documentos que não conseguiu ler referem-se a faturas que foram encontradas e que não estavam devidamente contabilizadas nos serviços, e por mero acaso foram encontradas quando estavam para ir para o caixote do lixo; na última questão disse que não tem conhecimento da existência de algum interessado na hasta pública da Escola, neste momento.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Clara Alexandre e ao Senhor Luis Figueiredo. A razão da sua presença está relacionada com um Movimento de Utentes das Águas do Planalto. Informaram que são um grupo informal e apartidário de cidadãos, cuja missão é lutar pela diminuição significativa dos preços das águas. A intervenção destes senhores estava relacionada com a apresentação da " Moção pela declaração da nulidade da adenda ao contrato de concessão da água assinada pela AMRPB e pela Águas do Planalto em 2007". Fizeram uma apresentação sobre o fornecimento das Águas do Planalto Beirão, onde foram referidos todos os custos que o utente tem com a utilização da água, apresentando dados em que é a segunda mais cara do país. Também apresentaram dados sobre os lucros, referindo que são as câmaras as responsáveis pela renovação das redes de distribuição e que isso alimenta os lucros da empresa.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Para José Vaqueiro de Sousa Talon
João Luís Rodrigues



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Membros da Assembleia Municipal
Estimado Público

A floresta é uma fonte de riqueza natural que tem um papel chave na manutenção da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida das populações. É nela que se realiza a fotossíntese da qual depende a vida. Ela é depositária de dois quintos de todo o carbono armazenado nos ecossistemas terrestres, sendo considerada como o “pulmão do mundo”. Além da fotossíntese, a floresta desempenha um papel extremamente relevante, quer a nível ecológico, quer económico e também social. Entre as inúmeras funções que desempenha, destaco, as seguintes:

- É uma fonte de bens como madeiras, combustíveis, alimentos e matérias-primas;
- Protege o solo contra a erosão. Controla o ciclo e a qualidade da água;
- Concentra a maior parte da biodiversidade terrestre, nomeadamente, de espécies vegetais e animais;
- Tem um elevado valor paisagístico e recreativo.

O património natural que a floresta integra, sofre constantes pressões e ameaças que conduzem à sua progressiva degradação e destruição. Uma das mais graves ameaças são os incêndios. Os incêndios são uma ameaça de tal modo grave que a lei prevê um período crítico de defesa contra incêndios (PCFCI). No presente ano este período crítico vai de 1 Julho a 30 de Setembro, conforme definido na Portaria nº 110/2014 do D.R. nº 98, da Série I, de 22 de Maio.

Termino com três perguntas ao Sr. Presidente da Câmara:

[Handwritten signature]
aug
[Handwritten signature]



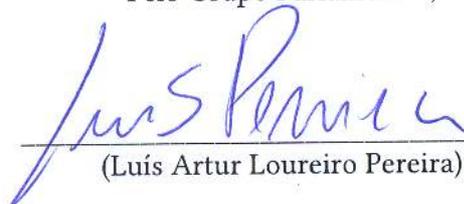
27
ag
b

Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

- A Comissão Municipal de Defesa da Floresta , tal como prevê o artigo 3º-D do anexo do decreto de lei 17/2009 de 14 de Janeiro, já foi constituída ?
- A componente do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), designada de Plano Operacional Municipal (POM), já foi aprovada em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) ? O número 7 do artigo 8º do despacho 4345/2012, estipula que o mesmo seja aprovado anualmente até 15 de Abril e posteriormente enviado para a Autoridade Nacional Florestal para aprovação.
- Qual o ponto da situação da actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), que deverá decorrer durante o ano de 2014, obrigatório segundo o nº 4 do artigo 10º do D.L.17/2009 de 14 de Janeiro ?

Santa Comba Dão, 28 de Junho de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,



(Luís Artur Loureiro Pereira)

[Handwritten signatures and initials]



**Santa Comba Dão
Assembleia Municipal**

Exmo. Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Srs. Deputados,
Exmos. Srs. Vereadores,
Dignissimo público,

Muito bom dia,

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

No seguimento de alguns dos temas debatidos na última assembleia municipal solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento sobre os seguintes pontos:

1. **"Quadro de responsabilidades, constante da Revisão do Acordo com a CGD no âmbito do Reequilíbrio Financeiro"**

Questionámos em diferentes AM's o Sr. Presidente, sobre os fundamentos que levaram a Entidade financeira CGD, a alterar os encargos financeiros reportados a duas prestações intercalares, cujo capital já havia sido depositado em conta específica indicada para este efeito, penalizando assim o Município no acréscimo de juros a debitar, e que constam do ANEXO II do Plano de pagamentos, reportado ao Acordo de Reequilíbrio Financeiro de 950 000,00 €.

Não obstante se tratar de um "alerta" sobre uma injustificada penalização, sem qualquer justificação compreensível, o Sr. Presidente respondeu na última AM que tal agravamento se deveu a que numa situação os juros eram calculados ao mês e na outra ao dia, gerando a diferença de encargos com juros expressa no ANEXO II.

Assim, se leu com o Executivo o Acordo inicial e, o Acordo entretanto assumido com o seu Executivo, verifica na Cláusula do ponto 7-pagamento de juros e reembolso de Capital -,que ambos reportam que os juros são calculados dia a dia, sobre o capital em dívida e pagos postecipadamente e mensalmente (7.1)

Na verdade ficamos em receber essa explicação de parte da CGD e volvidos 7 meses ainda não recebemos esse mesmo esclarecimento. Agradecia que em envie-se essa mesma explicação para a minha caixa de email para que desta forma a possamos analisar: eng.varela@gmail.com

Peço-lhe Sr. Presidente que nos faça o favor de entregar uma cópia dessa explicação da CGD, porque é de todo inaceitável. Significa isto que o Sr. Presidente não informou correctamente esta AM nem apresentou a justificação formal que terá sido solicitada à CGD? Tendo sido

formulado o nosso alerta numa expectativa de não penalização adicional mais gravosa dos encargos a assumir pelo Município, resta pedir-lhe que em definitivo diga a esta AM se estamos correctos ou se há leituras diferentes do ponto 7 do Acordo em apreciação?

210 Aug 21
[Handwritten signature]

Ponto 2.2 - INFORMAÇÃO PRESIDENTE E ACTIVOS. Munic...
2. "Desígnio e objectivos deste executivo. Uma Estratégia para Santa Comba Dão"

Anexo 3

Como sabe, este ponto tem sido o meu "cavalo de batalha" desde o primeiro momento.

Na ultima assembleia, o Sr. Presidente informou-nos que o Sr. vice-presidente estava a começar a desenvolver uma equipa de trabalho neste sentido.

Fundamentalmente, o que gostaríamos de saber é, qual o ponto de situação destes trabalhos, relativamente à estratégia de Santa Comba Dão para os próximos anos.

Santa Comba Dão, 28 de Junho de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,



(Marco Varela)



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Srs. Deputados,
Digníssimo público,

Os fundamentos que estão associados ao lançamento da “hasta pública”, que visa seleccionar uma Entidade qualificada e sustentável, na condução da Gestão operacional da Escola Profissional de SCD, devem merecer de todos nós uma atenta e esclarecida participação, considerando o elevado interesse “específico” que este Equipamento, assume no contexto Local e, em particular no maior sucesso da Qualificação Profissional e na Empregabilidade activa, enquanto instrumento de capacitação e formação de Jovens com potencial em diferentes saídas profissionais.

Não obstante estes interesses superiores, que nos devem levar a reflectir sobre a melhor solução política no actual contexto da Oferta de Ensino Profissional, importa ter presente o trabalho dedicado e capaz, que foi desenvolvido nos últimos anos, onde se destaca o reequilíbrio financeiro das Contas, que contudo nunca poderá ser dissociado doutro objectivo primordial a atingir, na vertente Pedagógica, porque contribui para a qualidade da Oferta e a atracção de novos Alunos, imprescindíveis, para a consolidação financeira dos apoios à Escola.

Este é sem qualquer dúvida o factor de maior magnitude no futuro de sucesso que pretendemos para a Escola Profissional, que opera num ambiente concorrencial muito agressivo e, também de “mudança”, onde a escala e a inovação são determinantes para perspectivar o sucesso Pedagógico da Instituição.

Importa ainda ter presente que há mais de ano, se tinha obtido um Acordo Político, devidamente analisado, ponderado e sufragado pelo PS assente numa proposta com o Parceiro então seleccionado e, volvido este longo tempo, retomamos a constituição de Grupos de Trabalho, dúvidas e naturalmente a introdução de novos dados na solução estudada e consolidada, que mereceu na altura, uma ampla concordância das partes envolvidas, quanto à orientação estratégica a dar à PROFACADEMUS nos próximos anos.

Criaram-se expectativas legítimas e, hoje será naturalmente imprescindível que Vexa nos apresente os resultados obtidos, de forma realista e objectiva, pela nova Direcção Pedagógica, que no essencial traduzam, de forma consistente, o relançamento da procura dos novos Cursos abertos, e, justifiquem o impacto elevado do esforço financeiro que o Município promoveu com a aposta política no Ano Lectivo 2013-14.

A anexos

21/10/14 30

pedagógicos e financeiros

R10 *31*

Esperamos neste contexto, que o Sr. Presidente nos dê uma explicação muito clara dos resultados conseguidos por forma a avaliarmos uma efectiva viragem da tão desejada sobrevivência da PROFACADEMUS, perante acrescidas responsabilidades financeiras que o Município em situação delicada se prepara para assumir.

Santa Comba Dão, 28 de Junho de 2014

e, a aceitar uma solução financeira + grave da solução então acordada c/ o (MAT)

Pelo Grupo Parlamentar,

(Fernando Cruz)